

Avaliação da aprendizagem na educação superior: a produção científica da revista *Estudos em Avaliação Educacional* em questão

Heloísa Poltronieri
Adolfo Ignacio Calderón

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a produção científica, a respeito da avaliação da aprendizagem na educação superior, divulgada na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (EAE) em um período de 20 anos, abarcando desde sua criação em 1990 até 2010. Estudos apontam que a revista EAE, editada pela Fundação Carlos Chagas, juntamente com a revista *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior* (RAIES) constituem-se, no Brasil, em referências básicas na disseminação do conhecimento científico da área da avaliação da educação. Neste artigo, inserido nos estudos do chamado estado da arte, identificam-se as tendências temáticas predominantes na revista em questão a respeito da avaliação da aprendizagem na educação superior. Dentre as temáticas identificadas destacam-se vestibular, práticas avaliativas, teoria da avaliação, avaliação da aprendizagem, diversidade cultural, sendo que a temática “vestibular” apresentou o maior número de artigos, com discussões teóricas altamente instrumentais, estreitamente vinculadas aos serviços prestados pela fundação promotora da referida revista.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Educação superior. Vestibular. Universidade.

Evaluation of learning in higher education: the scientific production of the journal *Estudos em Avaliação Educacional* in question

Abstract: This article aims to analyze the scientific literature, in respect of the subject learning assessment in higher education, disseminated in the journal *Estudos em Avaliação Educacional* (EAE), in a period of 20 years, ranging from its inception in 1990 to 2010. Studies show that the EAE journal, edited by the Carlos Chagas Foundation, and the journal *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior* (RAIES), are, in Brazil, basic references in what refers to the dissemination of scientific knowledge in the field of educational evaluation. This article, which is inserted into the field of studies on the State of the Art, identifies the predominant thematic trends in the magazine in question, in respect to the evaluation of learning in higher education. Among the themes identified were: entrance examination to the University, assessment practices, theories of evaluation, evaluation of learning, cultural diversity. Of all these issues, the University entrance exam had the largest number of articles, presenting highly instrumental theoretical discussions, closely linked to services provided by the foundation responsible for the journal.

Key words: Evaluation of learning. Higher education. The university entrance exam. University.

Introdução

Tomando como foco a avaliação da aprendizagem na Educação Superior, o presente artigo objetivou analisar a produção científica da revista *Estudos em Avaliação Educacional* no período de 1990 a 2010, ou seja, 20 anos de existência da referida revista, por meio do mapeamento das temáticas mais abordadas e suas contribuições teóricas para a comunidade científica. Trata-se de um estudo que tenta complementar o diálogo estabelecido entre pesquisadores da avaliação no país que também se dedicam a pesquisar o desenvolvimento científico do tema “avaliação da aprendizagem” (SOUSA, 1994; BARRETO; PINTO, 2001; ULER, 2010).

O artigo insere-se nos chamados estudos do estado da arte, que contribuem para o conhecimento daquilo que já foi produzido acerca de determinada temática, tomando como referência um espaço de tempo definido, o que permite que novas pesquisas sejam realizadas a partir das lacunas identificadas nesses tipos de pesquisa.

A escolha por estudar a produção científica disseminada nesse periódico encontra justificativa nos resultados apresentados nos estudos de Gonçalves Filho (2003), no qual aponta que dos 80 periódicos científicos nacionais em educação avaliados pela Capes, somente duas revistas científicas estão voltadas especificamente para o campo da Avaliação, sendo elas a Avaliação: Revista da Avaliação Educação Superior da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES) e a Estudos em Avaliação Educacional (EAE).

No que tange a revista Avaliação da RAIES, foi alvo de pesquisas realizadas por autores como Gonçalves Filho (2003) e por Rothen e Barreyro (2011), as quais acenam para a predominância de estudos sobre a avaliação institucional na Educação Superior, distante dos estudos sobre vestibulares ou instrumentos de raqueamento. Conforme Gonçalves Filho (2003, p. 5), o enfoque da revista Avaliação esteve voltado para a defesa da universidade pública e “uma concepção democrática e formativa de avaliação”. Por sua vez, de acordo com Rothen e Barreyro (2011, p. 287), a RAIES, por meio da revista, cumpriu o relevante papel de contraposição “a um outro discurso, hegemônico, o da privatização” e do fomento à criação de instituições de educação superior privadas, “introduzindo um resgate da função pública da educação e um esforço de argumentação nesse sentido”.

No que se refere à revista EAE, convém registrar que é promovida pela Fundação Carlos Chagas, instituição que também promove outra revista científica de alto impacto, o periódico Cadernos de Pesquisa. A respeito da revista

EAE foram realizados estudos por autores como Barreto e Pinto (2001), Sousa (2005) e Poltronieri e Calderón (2012b), os quais sinalizam para que se trata de uma revista que, diferentemente da revista Avaliação, seu foco predominante, não exclusivo, são os estudos sobre a Educação Básica, com ênfase na avaliação da aprendizagem. Registre-se que, diferentemente da revista Avaliação cujo foco exclusivo é a área da Educação Superior, a revista EAE, conforme Poltronieri e Calderón (2012b, p. 86), no período de 20 anos, de 1990 a 2010, têm publicado com maior ênfase artigos na Educação Básica 52,4%, contra 25% na área da educação superior, sendo que 22,6 da sua produção científica está focada em outros assuntos.

Desta forma, percebe-se que as revistas destacadas por Gonçalves Filho (2003) como sendo as únicas no Brasil que se dedicam a publicar artigos voltados exclusivamente para a área da avaliação, possuem focos diferentes de análise. Enquanto a revista EAE publica, em sua maioria, artigos sobre a avaliação da aprendizagem no âmbito da Educação Básica, a revista Avaliação privilegia os estudos sobre avaliação institucional no âmbito da Educação Superior. É nesse contexto, de importância para o campo da avaliação educacional que o presente artigo pretende resgatar as contribuições da revista EAE na área da avaliação da aprendizagem na Educação Superior.

Avaliação da aprendizagem na educação superior

Na presente pesquisa, ao se debruçar sobre a produção científica da revista EAE, no período de 1990 a 2010, identificou-se um total de 183 artigos sobre a temática da avaliação da aprendizagem, sendo que tais artigos foram agrupados em três categorias, a saber: avaliação da aprendizagem na educação básica; avaliação da aprendizagem na educação superior; outros assuntos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Artigos sobre avaliação da aprendizagem publicados na revista Estudos em Avaliação Educacional (1990-2010)

Categoria	Nº de artigos	Percentual (%)
Educação Básica	71	38
Educação Superior	33	18
Outros assuntos	79	44
Total	183	100

No intuito de identificar as principais tendências temáticas referentes à temática avaliação da aprendizagem na educação superior, os 33 artigos, produzidos de 1990 a 2010, foram catalogados por meio da ficha de leitura, resultado em quatro eixos temáticos, conforme Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Eixos temáticos acerca da avaliação da aprendizagem na educação superior, divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional*

Eixo temático	Nº de artigos	Percentual (%)
Estudos sobre Vestibulares	16	48,4
Práticas avaliativas	14	42,4
Teoria da avaliação	2	6,1
Avaliação da aprendizagem e diversidade cultural	1	3,1
Total	33	100

Conforme a Tabela 1, na temática “avaliação da aprendizagem e diversidade cultural” enquadrou-se um único artigo, no qual Assis (2006) apresentou reflexões a respeito da experiência da UEM (Universidade Estadual do Maringá) com alunos indígenas que passaram a frequentar alguns de seus cursos, após a instalação do vestibular indígena no Paraná.

O eixo temático “teoria de avaliação”, da mesma forma que o eixo temático acima mencionado, foi objeto de estudo de poucos artigos, considerando-se a totalidade de artigos selecionados: foram dois únicos artigos enquadrados neste eixo, no qual foram discutidos aspectos teóricos da avaliação da aprendizagem na educação superior. Souza (2005) discute a chamada avaliação por competência, defendendo a tese de que esse tipo de avaliação de desenvolver as potencialidades do indivíduo como ser humano e como profissional; Garcia (2009) apresenta uma análise teórica sobre as relações entre avaliação e aprendizagem na educação superior focando os aspectos da avaliação formativa e sua função de dar um retorno ao estudante quanto ao seu desempenho.

Duas foram as grandes temáticas-alvo da preocupação teórica dos pesquisadores que publicaram artigos na revista EAE, com foco na avaliação da educação superior: “Estudos sobre vestibular” e “práticas avaliativas”.

Estudos sobre vestibulares

Neste eixo temático foram enquadrados 16 artigos que tratam de aspectos relativos aos diversos modelos de vestibular, ao desempenho dos candidatos, a aspectos socioeconômicos, à redação e à relação entre os exames vestibulares e o ensino médio.

A partir da leitura e análise dos artigos foi possível elaborar seis subeixos temáticos para melhor compreensão dos assuntos abordados pelos 16 artigos localizados a respeito do tema “vestibular”, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Vestibular: assuntos abordados

Subeixos temáticos	Nº de artigos	Percentual (%)
Modelos de vestibulares	5	31,3
Desempenho dos alunos	3	18,7
Vestibular e aspectos socioeconômicos	3	18,7
Índice de discriminação	2	12,5
Redação	2	12,5
Vestibular e Ensino Médio	1	6,3
Total	16	100

a) Modelo de vestibulares

O subeixo temático “modelo de vestibulares” foi o que apresentou o maior número de artigos, respondendo por 31,3% do universo total de 16 artigos que tratam do vestibular. Nesta categoria foram enquadrados cinco artigos, produzidos no ano de 1995, que tratam das diversas formas de realização do exame vestibular. Os autores confrontam-se teoricamente, problematizando a respeito de modelos adotados por universidades específicas, fazem reflexões a respeito de provas objetivas ou dissertativas e sobre os vestibulares que possuem duas fases, uma com questões em forma de teste e outra com questões dissertativas. As discussões giram em torno do confronto teórico entre Leser (1995), Pinho Filho (1995b) e Beisiegel (1995), envolvendo também a posição de Vianna (1995) e Sossa, Sossa e Carvalho (1995). Leser (1995), um dos primeiros a realizar testes de múltipla escolha para exame de vestibular, defende esse modelo

em seu texto “O início dos testes de múltipla escolha no acesso à universidade”. O autor combate algumas críticas normalmente feitas a esse tipo de exame, como, por exemplo, o fato de que podem ocorrer acertos casuais de questões por meio de “chutes”. Para Leser (1995), esses acertos casuais são reduzidos e não constituem motivo de preocupação. O autor também critica o fato de algumas universidades adotarem o modelo de vestibular em duas fases, sendo uma com testes e a segunda com questões discursivas. Para ele, é desnecessária a realização dessa segunda fase, uma vez que a prova de múltipla escolha tem maior grau de precisão quanto à correção das questões.

No artigo “O vestibular da Universidade de São Paulo: modelo adotado em 1995”, Pinho Filho (1995b) disserta a respeito do novo modelo de vestibular da Fuvest, adotado no mesmo ano. O exame é composto por duas fases: a primeira com os testes de múltipla escolha, totalizando 160 questões, e a segunda com questões dissertativas e a redação. Apresentando uma opinião diferente da de Leser (1995), Pinho Filho (1995b) defende esse modelo composto por duas provas afirmando que os testes de múltipla escolha são instrumentos eficazes para avaliar conhecimentos e capacidade de raciocínio, mas não avaliam outros aspectos igualmente importantes, como a capacidade de redigir corretamente em língua portuguesa, a capacidade de organizar ideias, de argumentar e de expor analiticamente o raciocínio.

Em seu artigo “Os novos modelos de vestibular: preocupações metodológicas”, Vianna (1995) posiciona-se contra o novo modelo de vestibular adotado pela Fuvest. Mais próximo de Leser (1995), o autor considera que o exame em duas fases é repetitivo e não tem sentido e critica as questões dissertativas, uma vez que, segundo Vianna (1995), é impossível uma correção objetiva, em que cada candidato seja avaliado sem prejuízos. O autor rebate as críticas de que o teste não leva à capacidade de expressão escrita. No artigo “Uma política de vestibulares para a Universidade de São Paulo”, Beisiegel (1995) justifica as mudanças realizadas no vestibular da Fuvest durante sua gestão, de 1990 a 1993. Tendo como referência as críticas de Leser (1995) e Vianna (1995), o autor ressalta que as mudanças no modelo do vestibular se deram devido ao exame realizado em 1990, em que diversas vagas não foram preenchidas por conta da exigência de nota 3 em cada disciplina abordada. Acreditando que a realização de apenas uma prova objetiva de caráter eliminatório possa deixar de discriminar alunos que efetivamente tinham condições de ingressar na universidade, foi suprimida a exigência de nota mínima 3 nas disciplinas. Contribuindo para as discussões sobre os vestibulares em duas fases, Sossa, Sossa e Carvalho (1995), no artigo “Provas objetivas e dissertativas nos ves-

tibulares: a experiência da Universidade Federal do Espírito Santo”, relatam a experiência da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) que, em 1989, teve grande número de reprovações em seu vestibular, resultando em vagas ociosas nos mais diversos cursos. Segundo os autores, as discussões sobre o problema giraram em torno do pressuposto de que tais reprovações estariam ocorrendo devido ao fato de estar-se dando mais relevância à prova dissertativa (considerada mais difícil) do que à objetiva. Para investigar essa afirmação, os autores compararam o desempenho dos alunos na primeira e na segunda fases e concluíram que o argumento não é válido.

b) Desempenho dos alunos

Neste subeixo temático foram enquadrados três artigos, o equivalente a 18,7% do total de artigos sobre o vestibular, os quais focam a questão do desempenho de alunos em diversos contextos históricos.

Silveira, docente da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), publicou dois artigos, o primeiro sozinho (SILVEIRA, 1996) e o segundo em co-autoria (SILVEIRA; PRÁ, 1999), tendo como objeto de estudo o desempenho de alunos no vestibular da UFRGS em dois momentos históricos: 1994-1995. No período de 1994 e 1995, Silveira (1996) busca investigar o poder explicativo que diversas variáveis – escolaridade, pré-vestibular, socioeconômica, sexo, vestibular em universidade anterior e idade – tiveram sobre o desempenho de candidatos ao vestibular da UFRGS naqueles anos. Por meio de seus estudos, o autor evidenciou que todas as variáveis analisadas, em conjunto, tiveram algum poder explicativo sobre o desempenho dos alunos, sendo que a escolaridade foi a dimensão mais importante. No que tange ao ano de 1999 (SILVEIRA; PRÁ, 1999), foi investigado o poder explicativo que diversas variáveis tiveram sobre o desempenho em Ciências de 23.009 candidatos ao concurso vestibular de 1998 da UFRGS. O estudo demonstrou que as variações de escolaridade destacaram-se como as mais importantes, pois somente elas explicaram 34,3% da variância do desempenho, enquanto as variáveis socioeconômicas explicaram apenas 16,6%. Além desses dois artigos, tomando como referência a UFRGS, Moraes (1997) procurou estudar o grau de correlação entre o desempenho em provas objetivas e de redação em Língua Portuguesa aplicadas em concurso vestibular de uma universidade estadual, não identificada pela autora; esta chegou à conclusão de que as notas obtidas nas provas objetivas e nas redações não permitem afirmar que a prova de redação, no presente caso, possibilite verificar o conhecimento aferido na prova objetiva.

c) Redação

No subeixo temático “redação” foram englobados dois artigos que tratam do papel que as redações desempenham nos exames vestibulares. No artigo “O vestibular e a prova de redação: mais concordâncias, menos controvérsias”, Rocco (1995) afirma que a prova de redação tem contribuído para a melhoria da qualidade da expressão escrita dos alunos e critica autores que pontuam a falta de fidedignidade na correção dessas provas. A tese defendida por Rocco contrapõe-se ao explícito questionamento da validade das questões dissertativas realizada por Leser (1995) e Vianna (1995).

Aproximando-se às teses de Leser (1995) e Vianna (1995), distanciando-se da tese defendida por Rocco (1995), encontra-se o artigo produzido por Silveira e Pinent (2001). O texto apresenta análises de validade da questão de redação nos concursos vestibulares da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Os autores defendem a ideia de que a questão de redação possui baixa validade, uma vez que sua fidedignidade é menor com relação às demais provas do concurso.

d) Índice de discriminação

Foram enquadrados neste subeixo temático dois artigos que discutem o grau de discriminação de questão de alguns vestibulares, bem como sua fidedignidade. A respeito desta questão, Pinho Filho (1995a) busca investigar o comportamento dos alunos em relação às respostas apresentadas nos quartis extremos da distribuição dos escores nas provas de Física e Matemática, especialmente a atração exercida pela resposta errada, com o objetivo de analisar a discriminação dos itens. O autor destaca que o índice de discriminação de Física e Matemática foram baixos e que foi perceptível que os alunos sabiam usar as fórmulas dessas disciplinas, porém não compreendiam as questões em seu cerne; segundo o autor, isso é um fato revelador da situação do ensino na escola de segundo grau. Por sua vez, Silveira (1997), a partir dos resultados do concurso vestibular da UFRGS em 1997, faz um estudo empírico sobre o argumento de concorrência usado pela universidade, com base na média harmônica ponderada dos escores padronizados, e a partir da qual é decidida a classificação dos candidatos por uma vaga nos vários cursos. O estudo mostra, entre outros aspectos, que a fidedignidade dos argumentos de concorrência apresenta pequena vantagem quando empregada a média aritmética.

e) Vestibular e aspectos socioeconômicos

Neste subeixo temático, responsável por 18,7% dos artigos sobre vestibular, foram reunidos artigos que tratassem de questões socioeconômicas dos vestibulandos. São artigos que abordam, basicamente, duas temáticas: a relação entre as carreiras mais procuradas e a procedência social dos estudantes (SANTOS, 1997; AVENA, 2004) e a relação da procedência social dos alunos com o ingresso em determinadas universidades (SOARES; MARTINS; ASSUNÇÃO, 1998).

Santos (1997) discutiu a seletividade social associada ao perfil de determinadas carreiras profissionais. Realizando pesquisa por meio da análise dos vestibulares da USP (Universidade de São Paulo), o autor ressalta que há predominância de alunos com melhor poder aquisitivo em determinados cursos e concentração de alunos de classes mais baixas em outros. Apesar de ser feita pelo indivíduo, a escolha da carreira segue determinantes socioeconômicos. Já Avena (2004) procurou comprovar empiricamente a hipótese de que o indivíduo realiza uma autosseleção ao escolher o curso para o qual se candidata. Os indivíduos pobres, que têm escassez de tempo para estudar porque trabalham, selecionam os cursos menos concorridos, de modo a aumentar suas chances de ingressar no ensino superior, uma vez que a concorrência é maior quanto maior for a renda vitalícia promovida pela profissão escolhida. Para o autor, isso demonstra a discriminação do vestibular contra os pobres, configurando-se em um mecanismo de seleção que promove ainda mais a desigualdade social. Quanto a Soares, Martins e Assunção (1998), buscaram comprovar de maneira empírica que os alunos admitidos na PUC-MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) em 1995 tinham menor habilidade acadêmica e menor índice de posição social que aqueles admitidos na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) no mesmo ano e mesmo curso. Diante disso, os autores constataram que os alunos que se matriculam nas diferentes universidades não são homogêneos nem em relação a suas habilidades acadêmicas nem a suas condições socioeconômicas. Consequentemente, as notas médias das universidades obtidas pelos respectivos alunos no Exame Nacional de Cursos não podem ser usadas para comparar instituições de ensino, como a divulgação dos resultados sugere.

f) Vestibular e ensino médio

No subeixo temático “vestibular e ensino médio” foram enquadrados artigos que discutem a influência que o vestibular pode exercer no ensino médio. Foi englobado nesta categoria um artigo elaborado por Ribeiro (1995), no qual se

defende a tese de que o ensino médio no Brasil nada mais é do que um curso preparatório para o vestibular e que a ideia de que o vestibular vai influir de maneira positiva nesse grau de ensino não passa de um erro, pois “[...] o que precisamos ter no mundo moderno é toda a população com 2º grau completo, não necessariamente todos preparados para uma universidade de ensino indissociavelmente ligado à pesquisa, isso não faria sentido” (p. 43).

Práticas avaliativas

O eixo-temático “práticas avaliativas” enquadrou 14 artigos, ou seja, 42,4% do total, constituindo-se a segunda temática mais abordada quanto à avaliação da aprendizagem na educação superior. Para melhor análise e compreensão desses 14 artigos, foram elaborados três subeixos temáticos, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Práticas avaliativas: subeixos temáticos

Subeixos temáticos	Nº de artigos	Percentual (%)
Portfólio	10	71,4
Avaliação formativa	3	21,4
Práticas avaliativas em Educação Física	1	7,2
Total	14	100

a) Portfólio

O subeixo temático “portfólio” contou com o maior número de artigos a respeito das práticas avaliativas na educação superior, mantendo uma grande diferença com relação aos demais. Buscou-se enquadrar, neste subeixo temático, artigos que tratam do uso do portfólio como instrumento para avaliar a aprendizagem dos alunos dos cursos superiores.

Villas Boas elaborou dois artigos, ambos a partir de experiências concretas realizadas no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. No primeiro, Villas Boas (2001) ressaltou a importância do portfólio por este ser um procedimento de avaliação capaz de contribuir para a organização do trabalho pedagógico em que o aluno realmente participa da tomada de decisões, fazendo escolhas e avaliando continuamente seu desempenho. Para a autora, o portfólio possibilita a prática da corresponsabilidade (professora e alunos) no

desenvolvimento das atividades e das práticas avaliativas. É um exemplo de que a avaliação pode ser um processo prazeroso e construtivo para o aluno, servindo-lhe, inclusive, como ferramenta para se autoavaliar. No segundo artigo, Villas Boas (2003) complementa a análise realizada, defendendo a tese de que o portfólio não é apenas um procedimento de avaliação, mas também eixo organizador do trabalho pedagógico, devido à importância que ele passa a ter durante todo o processo.

No campo da pesquisa empírica, de cunho analítico, destacam-se os estudos de Rangel (2003), o qual analisa uma experiência no curso de Odontologia da Universidade Estácio de Sá de Solar, Silva e Fuentealba (2005), que apresentam os resultados de uma experiência na Universidad de Concepción do Chile; e de Valente e Rezende (2006), que relatam a experiência de utilização do portfólio na Universidade Estadual de Londrina.

No que diz respeito ao estudo de Rangel (2003), convém destacar que o autor buscou refletir sobre o sentido da avaliação, a partir de uma experiência sobre o uso de portfólio no ensino superior como uma alternativa de avaliação do processo de aprendizagem. A pesquisa foi realizada junto às turmas de 1º período de Odontologia, matriculadas na disciplina de Metodologia Científica, na Universidade Estácio de Sá. Assim como Villas Boas (2001), a autora destaca que a construção do portfólio pelo aluno não é apenas mais um instrumento de avaliação, mas sim um eixo norteador de um modo de aprender a aprender que permite ao estudante investigar seu processo de construção do conhecimento. A autora conclui que o uso do portfólio no ensino superior é um dos recursos possíveis para colocar o aluno como responsável pelo seu processo de aprendizagem, favorecendo, assim, a postura reflexiva.

Solar, Silva e Fuentealba (2005) apresentam os resultados de uma pesquisa centrada no processo de avaliação no qual se utiliza o uso do portfólio como instrumento avaliativo. A pesquisa foi realizada na Universidad de Concepción, do Chile. Os autores ressaltam que foi possível observar avanços das atitudes dos estudantes frente ao fracasso, dando maior estabilidade em seu processo de aprendizagem e mais autoconfiança.

Vallente e Rezende (2006) relatam a experiência de utilização do portfólio como ferramenta de avaliação no contexto do projeto de pesquisa “Leitura-paixão: o impacto de uma situação diferenciada”, desenvolvida no período de fevereiro de 2003 a fevereiro de 2005 na Universidade Estadual de Londrina. Os autores destacam que a escolha do portfólio como instrumento de avaliação se deu por este ter o potencial de contemplar as produções dos alunos em um largo período de tempo, e de traduzir não somente sua maneira de pensar

(dimensão cognitiva), como também seus sentimentos e atitudes (dimensão afetiva) e sua maneira de agir (dimensão procedimental). Os autores concluíram que foi possível identificar nos alunos manifestações de motivação e prazer ao realizarem as tarefas que compuseram o portfólio.

De todos os artigos publicados sobre portfólio, a dupla Alvarenga e Araújo foi a que publicou o maior número de artigos. Foram três textos, sendo que no primeiro, Alvarenga e Araújo (2006b) apresentam um breve referencial teórico cujo objetivo é identificar a importância do uso desse instrumento de avaliação como amostra de evidência das habilidades, atitudes e/ou conhecimentos e aquisições obtidas pelo estudante durante um espaço de tempo. Para as autoras, o portfólio demonstra a *performance* do estudante em determinado momento, tendo como base documentos coletados em cenários reais, selecionados e justificados quanto aos conhecimentos previstos, exigindo que o professor crie situações para que o aluno reflita sobre o que está explorando, para elaborá-lo adequadamente. As autoras ressaltam que a construção do portfólio demanda tempo e, por vezes, é trabalhosa; contudo, os benefícios de seu uso superam essas limitações. Nos outros dois textos, as autoras apresentam experiências concretas do uso do portfólio como instrumento de avaliação. Em um deles, Alvarenga e Araújo (2006a) relatam e discutem dados referentes a uma pesquisa-ação realizada em um minicurso para professores atuantes no ensino superior, cujo objetivo era discutir e analisar as práticas de avaliação. Os autores destacam a importância e a riqueza do uso dos portfólios como ferramenta de avaliação, bem como as dificuldades que devem ser superadas para sua utilização. Para os autores, a utilização do portfólio é o momento de compartilhar resultados, apresentar aos outros a realização dos objetivos pretendidos, das competências e habilidades adquiridas e defender seus pontos de vista, conteúdos ali expressos e o formato escolhido para exibição. No outro artigo, Araújo e Alvarenga (2006) analisaram a utilização do portfólio em um curso superior de formação de professores de uma instituição pública do Paraná. Os autores destacaram que o uso do portfólio permitiu ao próprio aluno “olhar” aquilo que fez, de forma que tomasse consciência do processo e do resultado e melhorasse a eficácia de sua ação. Além disso, permitiu desenvolver a capacidade de autoavaliar seus conhecimentos e esforços, capacitando o estudante a monitorar a própria aprendizagem.

Existem dois artigos que se caracterizam por realizar abordagens que chamam a atenção do analista. O primeiro deles é de autoria de Nunes (2007), que aborda a construção de portfólios a partir do uso das novas tecnologias, o chamado portfólio digital. A pesquisa foi realizada em disciplina de mestrado em Educação, vinculada à linha de pesquisa Tecnologias da Informação e Co-

municação. Foi sugerida aos alunos a elaboração do portfólio digital, que seria entregue ao final do semestre, na perspectiva de implementar uma modalidade alternativa de avaliar. A autora concluiu que a transposição do portfólio para o processo de ensinar-aprender-avaliar configura-se numa experiência significativa para a prática pedagógica, visto que mostra passo a passo como professores e alunos encaminham a construção progressiva dos conhecimentos nos temas abordados na disciplina. O segundo é o artigo de Vieira e Sousa (2009), que buscaram pesquisar as percepções dos alunos em relação ao uso do portfólio, ou seja, investigaram se a ideia do portfólio, implantada em uma instituição, vem modificando a forma de pensar a avaliação, no âmbito da formação de educadores. Por meio dos resultados obtidos as autoras identificaram três grupos de alunos: os que aprovam a avaliação realizada por portfólio; os que desaprovam; e os que aprovam, mas com ressalvas. Tais resultados levam as autoras a considerar a necessidade de aprofundar argumentos no sentido de favorecer os processos de ancoragem que irão facilitar não somente a aceitação do portfólio, mas também sua possível utilização quando esses alunos desenvolverem sua prática como professores.

b) Avaliação formativa

O subeixo temático avaliação formativa contou com três artigos, o equivalente a 21,4% do total. Buscou-se enquadrar neste subeixo temático artigos que tratam de discutir as práticas de avaliação formativa no âmbito da educação superior. Nesses artigos evidenciam-se experiências, práticas e análises teóricas que tentam romper com as formas tradicionais de avaliação de caráter classificatório e somatório. Nesses artigos ressalta-se principalmente o caráter participativo, democrático e processual da avaliação formativa. Abramowicz (1995) analisa a avaliação da aprendizagem de alunos trabalhadores dos cursos superiores noturnos. A autora destaca uma avaliação que tem em seu cerne a participação, na qual o aluno é visto como sujeito do processo, ativo, que não só memoriza e reproduz conhecimento, mas os constrói criticamente. Tal avaliação não foge de seu caráter controlador, porém não é um controle autoritário, mas sim democrático, entendido não como produtos expressos em notas em provas, mas um processo que leva em conta toda a trajetória do aluno. Albertino e Souza (2004) debruçaram-se sobre a formação oferecida nos cursos de Enfermagem, tendo a preocupação de superar práticas avaliativas que pouco contribuem para a formação do profissional de Enfermagem comprometido com o desvelamento, reflexão e superação das dificuldades do cotidiano de trabalho. Os autores bus-

caram implementar na disciplina Administração da Assistência de Enfermagem formas de avaliação formativa. As autoras destacam que a introdução de uma prática avaliativa diferenciada levou os alunos a participarem ativamente do processo de ensino e aprendizagem. Segundo as autoras, as análises evidenciaram que a avaliação como processo gerou maior comprometimento com a reflexão sobre a prática e o aperfeiçoamento do processo de trabalho e com a superação das questões emergentes do cotidiano. Tomando como referência a aprendizagem nos cursos de licenciatura, Berbel, Oliveira e Vasconcellos (2006) investigaram as práticas de avaliação da aprendizagem, objetivando saber que fatores explicam tais práticas avaliativas e que lições podem ser delas extraídas, referentes aos aspectos didático-pedagógicos. Em seus resultados, os autores afirmam que os cursos de licenciatura valorizam práticas que privilegiam a orientação e o acompanhamento dos alunos visando ao aprendizado destes, à indissociabilidade entre a avaliação e a metodologia de ensino, e à prática de avaliação vinculada a um alto nível de exigência. Além disso, evidenciou-se também um movimento de continuidade/ruptura nos processos de avaliação que os aproximam da avaliação formativa.

c) Práticas avaliativas em Educação Física

O presente subeixo temático contou com apenas um artigo, no qual Gorini e Souza (2007) objetivam construir um novo fazer avaliativo, apontando alternativas para o profissional da disciplina de Ginástica Rítmica do curso de Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Londrina na construção de uma prática avaliativa que assuma a função de subsidiar os processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a formação de um profissional reflexivo. As autoras destacam que avaliação se efetivou de maneira a favorecer que as aprendizagens ocorressem e contribuíssem para o bom desempenho dos alunos; além disso, proporcionou a identificação e superação das dificuldades encontradas, o acolhimento de uma nova concepção de avaliação, entendida como informativa e subsidiária do ensinar e do aprender, a apropriação de conhecimentos indispensáveis à formação do futuro educador, a aproximação entre teoria e prática e a assunção, pelo aluno, de seu papel de corresponsável pelo curso de suas aprendizagens.

Teoria da avaliação

O eixo temático “teoria da avaliação” enquadrando apenas dois artigos referentes à avaliação da aprendizagem na educação superior. No primeiro, Souza (2005) analisa a chamada avaliação por competência, que tem como pressuposto

o desenvolvimento, nos alunos, da capacidade de mobilização dos saberes para a resolução de problemas e para o enfrentamento de imprevistos nas situações laborais. A autora ressalta que avaliação das competências não pode ter finalidade meramente constatativa ou certificativa, mas deve ter em vista o pleno desenvolvimento das potencialidades do ser humano e do profissional, em uma perspectiva de autodesenvolvimento, pela constituição de um compromisso permanente com a formação continuada, principalmente porque uma sociedade que vise à educabilidade não se pode contentar em deixar pessoas “na beira da estrada”. No segundo artigo, Garcia (2009) realizou uma análise teórica sobre as relações entre avaliação e aprendizagem na educação superior. O autor destaca que, tradicionalmente, as práticas de avaliação da aprendizagem na educação superior recaem sobre um conjunto limitado de escolhas. Geralmente, tais estratégias concentram-se no uso de procedimentos da “avaliação somativa”, exercidos ao final de determinado período ou unidade de ensino. Sendo assim, o autor ressalta que repensar a avaliação nesse cenário é um desafio complexo, mas necessário, tendo em vista a necessidade de dar um retorno ao aluno sobre seu desempenho durante o processo de ensino-aprendizagem. Tais aspectos são fundamentais na atualidade, considerando a importância que as práticas de avaliação formativa vêm conquistando.

Avaliação da aprendizagem e diversidade cultural

O eixo temático “avaliação da aprendizagem e diversidade cultural” enquadrou apenas um artigo, no qual Assis (2006) analisa as principais implicações que envolvem o ensino superior para os povos indígenas a partir da análise da proposição de uma avaliação da aprendizagem diferenciada para estudantes indígenas na UEM (Universidade Estadual do Maringá). Tais alunos entraram da universidade por meio do vestibular indígena realizado nas universidades públicas do estado do Paraná. A autora informa que o problema da avaliação da aprendizagem nas relações interculturais é precedido de problemas nas formas de aprendizagem interculturais, já que a avaliação é um dos componentes desse processo. Para a autora, o principal desafio do convívio com a diferença é o de manter as alteridades, não de tentar suprimi-las ou de torná-las um jogo de oposições, mas sim entendê-las como complementações.

Considerações finais

Por meio da pesquisa realizada, destaca-se que, no que diz respeito à avaliação da aprendizagem na educação superior, o tema mais abordado foi vestibular. Por meio da análise, evidenciou-se que as questões a respeito dos modelos de

vestibulares foram as que mais geraram preocupações nos autores publicados pela revista. Um fato interessante com relação a esse subeixo temático, é que todos os artigos nele enquadrados foram publicados no ano de 1995, quando houve mudanças no vestibular da Fuvest devido ao grande número de vagas não preenchidas nos vestibulares dos anos anteriores. As discussões giraram, basicamente, em torno dos vestibulares que adotam o modelo em duas fases, sendo a primeira uma prova objetiva e a segunda uma prova dissertativa. Alguns autores posicionaram-se a favor deste modelo, enquanto outros foram contra.

O interesse acadêmico-científico sobre a temática vestibular revela uma consonância com a própria história da Fundação Carlos Chagas. Conforme ressalta Sousa (2005, p. 10): “falar da origem da fundação é retomar, mesmo que sucintamente, os moldes como se realizavam os exames vestibulares”. Ao criar o vestibular unificado do Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas (Cescem) e trazer inovações a esses exames com a utilização dos testes de múltipla escolha, Leser recebeu diversos pedidos de apoio técnico para a formulação de vestibulares e, diante disso, o Cescem converteu-se em uma fundação, a Carlos Chagas.

Assim, a fundação possui interesses quanto ao conhecimento teórico sobre vestibulares no sentido da necessidade de aprimoramento de seus serviços de elaboração dos exames. Desta forma, os pesquisadores que publicaram na revista EAE, de alguma forma, na compreensão do fenômeno diante dos desafios que enfrentava a própria Fundação Carlos Chagas no período em que surgiram as discussões a respeito dos formatos dos vestibulares em duas fases, sendo uma com questões de múltipla escolha e outra com questões discursivas.

As realidades levantadas a partir da pesquisa permitem traçar um perfil da revista EAE que sinaliza para o distanciamento das discussões de caráter político-ideológico da avaliação, priorizando o campo da operacionalização das políticas públicas e da dimensão técnica da avaliação. O perfil da revista em questão se diferencia do perfil da revista Avaliação da RAIES, que possui caráter político e que “elaborou e instituiu um discurso sobre a existência de uma concepção de avaliação: institucional, formativa, participativa, desenvolvendo os seus fundamentos e elaborando uma teoria dessa visão da avaliação” (ROTHEN, BARREYRO, 2011, p. 267).

A diferença entre os perfis dessas duas revistas pode ser explicado pela própria origem de cada uma delas. Enquanto a revista EAE foi criada pela Fundação Carlos Chagas, instituição prestadora de serviços em realização de exames vestibulares e concursos públicos, a revista Avaliação da RAIES surgiu a partir da organização de um grupo de intelectuais que visavam a discussão a

respeito dos rumos que a avaliação institucional vinha tomando no país a partir da criação do Provão, objetivando a crítica ao sistema elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso e a defesa por uma avaliação formativa, emancipatória e democrática, destacando o discurso por uma universidade pública e pela autonomia das instituições de ensino superior.

Referências

ABRAMOWICZ, Mere. Avaliação da aprendizagem de trabalhadores-estudantes: buscando novos caminhos. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 113-123, 1995.

ALBERTINO, Fátima Maria de Freitas; SOUZA, Nadia Aparecida de. Avaliação da aprendizagem: o portfólio como auxiliar na construção de um profissional reflexivo. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 29, p. 169-190, 2004.

ALVARENGA, Georfravia Montoza; ARAUJO, Zilda Rossi. Portfólio: conceitos básicos e indicações para utilização. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 33, p. 137-147, 2006a.

_____. Portfólio: aproximando o saber e a experiência. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 34, p. 187-205, 2006b.

_____. Portfólio: uma alternativa para o gerenciamento das situações de ensino e aprendizagem. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 35, p. 187-209, 2006c.

ASSIS, V. S. Avaliação de alunos indígenas na Universidade Estadual de Maringá: um ensino adequado à diversidade sociocultural. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 33, p. 77-88, 2006.

AVENA, Cláudio Ponde. Alocação do tempo para estudo e desempenho no vestibular: evidências a partir da Universidade Federal da Bahia. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 29, p. 112-136, 2004

BARRETO, E. S. de S.; PINTO, R. P. **Avaliação na educação básica** (1990). Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2001.

BEISIEGEL, Celso de R. Uma política de vestibulares para a Universidade de São Paulo (USP). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 9-14, 1995.

BERBEL. Neusi Aparecida Navas; OLIVEIRA, Cláudia Chueire de; VASCONCELLOS, Maura Maria Morita. Práticas avaliativas consideradas positivas por alunos do ensino superior: aspectos didático-pedagógicos. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 5, p. 135-159, 2006.

GARCIA, J. Avaliação e aprendizagem na educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 43, p. 201-213, 2009.

GONÇALVES FILHO, F. **Enfoques de avaliação institucional em revista: um estudo da revista Avaliação (1996-2002)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GORINI, Maria Augusta Gebara; SOUZA, Nadia Aparecida de. Avaliação da aprendizagem: a construção de uma proposta em educação física. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 36, p. 181-193, 2007.

LESER, Walter Sales. P. O início dos testes de múltipla escolha no acesso à universidade. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 15-21, 1995.

MORAES, Zélia H. de. Concurso vestibular, redação, acesso ao ensino superior, avaliação da aprendizagem. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 15, p. 199-226, 1997.

NUNES, Lina Cardoso. O Portfólio na avaliação da aprendizagem no ensino presencial e a distância: a alternativa hipertextual. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 38, p. 153-169, 2007.

PINHO FILHO, Alceu G. de. As grandes certezas: análise de itens de duas provas da FUVEST (1996). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 53-91, 1995a.

PINHO FILHO, Alceu G. de. O vestibular da Universidade de São Paulo: modelo adotado em 1995. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 12, p. 95-101, 1995b.

POLTRONIERI, Heloisa. **Avaliação da aprendizagem**: estudo sobre a produção científica divulgada no periódico Estudos em Avaliação Educacional. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2012a.

POLTRONIERI, Heloisa; CALDERÓN, Adolfo. Avaliação na educação básica: a revista Estudos em Avaliação Educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, p. 82-103, 2012b.

RANGEL, Jurema Nogueira Mendes. O portfólio e a avaliação no ensino superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p. 145-160, 2003.

RIBEIRO, Sérgio C. Reflexões sobre o vestibular para as universidades no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 41-45, 1995.

ROCCO, Maria Thereza F. O vestibular e a prova de redação: mais concordâncias, menos controvérsias. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 23-39, 1995.

ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. A “RAIES” e a revista Avaliação a construção de um marco teórico, político e metodológico. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 267-290, 2011.

SANTOS, Cássio M. dos. A aparente responsabilidade do vestibular na elitização da universidade pública - uma análise dos dados da Universidade Estadual Paulista – VUNESP/1993. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 15, p. 227-254, 1997.

SILVEIRA, Fernando L. da. Relação do desempenho no concurso vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - com diversas variáveis. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 14, p. 83- 103, 1996.

SILVEIRA, Fernando L. da. Comparação entre três argumentos de concorrência para o vestibular da UFRGS. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 16, p. 43-57, 1997.

SILVEIRA, Fernando L. da; PRÁ, Jussara R. Explicação do Desempenho em Ciências no Concurso Vestibular de 1998 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 20, p. 129-154, 1999.

SILVEIRA, Fernando L. da; PINENT, Carlos E. da C. A questão da redação no concurso vestibular à universidade: validade e poder decisório. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 24, p. 147-164, 2001.

SOARES, José F.; MARTINS, Maria Inês; ASSUNÇÃO, Cibele N. B. Heterogeneidade os admitidos na UFMG e PUC-MG. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 17, p. 61-72, 1998.

SOLAR, Gladys Riquelme del; SILVA, Andrés Aguirre; FUENTEALBA, Juan Saavedra. El portafolio como práctica pedagógica. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 32, p. 145-160, 2005.

SOSSA, João A.; SOSSA, Arnaldo; CARVALHO, Denise A. Provas objetivas e dissertativas nos vestibulares: a experiência da Universidade Federal do Espírito Santo. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 12, p. 103-117, 1995.

SOUSA, Sandra Zákia Lian. **Avaliação da aprendizagem**: natureza e contribuições da pesquisa no Brasil no período de 1980 a 1990. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOUSA, Sandra Zákia Lian. 40 anos de contribuição à Avaliação Educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 31, 2005.

ULER, A. M. **Avaliação da aprendizagem**: um estudo sobre a produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Educação (PUC-SP, USP, Unicamp). Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

VALENTE, Silza Maria Pasello; REZENDE, Lucinea Aparecida de. O uso do portfólio em um projeto de pesquisa. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 3, p. 49-165, 2006.

VIANNA, Heraldo. M. Os novos modelos de vestibular: preocupações metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 47-52, 1995.

VIEIRA, Vânia Maria de Oliveira; SOUSA, Clarilza Prado. Contribuições do Portfólio para a avaliação do aluno universitário. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 43, p. 235-285, 2009.

VILLAS BOAS, Benigna. M. de F. Contribuição do portfólio para a organização do trabalho pedagógico. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 23, p. 137-152, 2001.

VILLAS BOAS, Benigna. M. de F. Repensando a Avaliação no curso de pedagogia: o portfólio como uma prática possível. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 27, p. 115-132, 2003.

Heloísa Poltronieri – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas | SP | Brasil. Contato: helo_poltronieri@hotmail.com

Adolfo Ignacio Calderón – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas | SP | Brasil. Contato: adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br

Artigo recebido em 16 de janeiro de 2013
e aprovado em 17 de abril de 2013.

